

A atuação feminina em Santa Catarina durante a ditadura militar (1964-1985): repressão, resistência e colaboracionismo

*Women's action in Santa Catarina during the Brazilian military dictatorship (1964-1985): repression,
resistance and collaborationism*

Bárbara Távora Kalabaide¹

Resumo: Este estudo analisa o papel das mulheres durante a ditadura militar em Santa Catarina, tanto à esquerda quanto à direita. O CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia) apoiou o golpe de 1964, com figuras como Edith Gama Ramos, primeira-dama do estado, liderando ações como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. A imprensa reforçava o papel da mulher como "guardiãs da Revolução" e dos valores cristãos. Na resistência, mulheres tiveram papel central no movimento estudantil, como na Novembrada em Florianópolis, além de integrarem movimentos feministas e atuarem na busca por familiares desaparecidos.

Palavras-chave: atuação feminina; ditadura militar; Santa Catarina;

Abstract: This article analyzes the role of women during the military dictatorship in the state of Santa Catarina (Brazil), both on the left wing and on the right wing. CAMDE (Women's Campaign for Democracy) supported the 1964 military coup, with figures such as Edith Gama Ramos, first lady of the state, leading actions such as the Marcha da Família com Deus pela Liberdade. The press reinforced the role of women as "guardians of the Revolution" and christian values. In the resistance, women played a central role in the student movement, such as Novembrada in Florianópolis, in addition to being part of feminist movements and working in the search for missing family members.

Keywords: female action; military dictatorship; Santa Catarina;

1. Introdução

Durante o período de 1964 a 1985, o Brasil viveu a instauração de uma ditadura civil-militar, com caráter anticomunista, nacionalista e autoritário, ordenando a cassação de mandatos e a suspensão de direitos políticos. Sob o pretexto de uma 'ameaça comunista'

¹ Graduanda em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); barbara.tav2014@gmail.com.

iminente, o regime se estendeu por 21 anos, apesar da promessa inicial de uma breve intervenção. Durante esse período foi possível observar o surgimento, a consolidação e a decaída da chamada ‘linha dura’² e dos órgãos de repressão e censura, que desde o começo do regime fez um esforço sistemático e progressivo da institucionalização do aparato repressivo, focado na eliminação dos que eram considerados ‘subversivos’ pelo Estado. Seu auge ocorreu em 1970, com o chamado ‘milagre econômico’. No mesmo tempo em que a grande mídia e parcelas médias e da elite celebravam o desenvolvimento econômico, o regime censurava todos os meios de comunicação, torturava e assassinava aqueles que eram considerados dissidentes (Fico, 2004; Napolitano, 2014).

O sustento do golpe e seu regime no estado de Santa Catarina possui evidências da cooperação e da parceria governamental-empresarial, tanto logo após o golpe quanto aos seus desdobramentos ao longo do processo de redemocratização. Antes do 1º de abril, vários partidos políticos conservadores no estado estiveram envolvidos na campanha de desestabilização do Governo João Goulart. Após o golpe, na proclamação do ato institucional nº 2, a ordem pluripartidária foi desativada e foram criados o ARENA (Aliança Revolucionária Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Nesse movimento, os partidos conservadores que se mobilizaram anteriormente contra a suposta ameaça comunista se aglutinaram. Essa liquefação dos partidos até então existentes representava a agregação dos interesses empresariais e políticos, que se embaralhavam na propriedade de jornais, rádios e outros meios de comunicação, onde era larga a difusão de ideias liberais e uma certa ética cristã contra a suposta aliança comunista. Como a montagem do aparato de governo privilegiava um aparato tecnocrata e um administrativo eficiente, administração estadual em vigor naquele momento demonstra bem essa relação simbiótica entre políticos de larga tradição personalista e com predomínio de linhagens familiares (Lohn, 2014).

A bibliografia que trata sobre a ditadura militar no Brasil e seus múltiplos sub-assuntos é extensa e está em constante atualização. Quando o foco é a história regional, a produção ainda é mais diminuta. Nesse sentido, compreende-se a importância da análise desse contexto, já que ao entender o papel da História local amplia-se a compreensão da conjuntura nacional num

² Nesse período, havia uma variedade de grupos militares classificados quanto ao seu ‘nível’ na escala autoritária, usualmente divididos entre ‘linha dura’ e ‘moderados’. Os militares ‘linha dura’ eram aqueles considerados mais radicais, geralmente que saíam em defesa da tortura e os ‘moderados’, eram aqueles que tinham uma posição política mais ‘intermediária’ e que não necessariamente aprovavam a tortura. Carlos Fico (2004) destaca que embora essa seja a divisão clássica, também é necessário compreender que ela pode não dar conta das clivagens que davam forma a esses múltiplos grupos. Havia militares que acreditavam que o Brasil deveria se livrar dos ‘subversivos’, mas que não significava apoiar o assassinato político. “De outro lado, supostos moderados, como o castelista Ernesto Geisel, aceitavam a tortura (Fico, 2004, p. 81)” e entendiam que ela era necessária em alguns casos ‘para obter confissões’.

momento tão violento da História brasileira. É inegável também estudar e pesquisar a atuação feminina nesse contexto, já que era e continua sendo uma parcela participante do contexto histórico e sociopolítico, que sofre apagamentos que invisibilizam sistematicamente sua atuação na sociedade e nas tramas da história.

Sendo assim, os objetivos deste trabalho são, em primeiro lugar, compreender qual o papel da atuação feminina nesse período em Santa Catarina (com foco na cidade de Florianópolis), tanto àquelas alinhadas à esquerda quanto à direita. Em segundo pressuposto, busca-se analisar a colaboração de movimentos liderados por mulheres no estado para a legitimação do golpe e manutenção do regime. Ainda, procura-se analisar a atuação de mulheres dentro dos vários movimentos de resistência e os atos de repressão que ocorriam a elas. Para examinar esses fenômenos, têm-se como fonte a imprensa, principalmente o jornal *O Estado* de Florianópolis.

2. “Mães, esposas e donas de casa”: o CAMDE e os movimentos conservadores femininos no golpe de 1964

Bairro de Ipanema, Rio de Janeiro, década de 60. O lugar ficou conhecido pela efervescência cultural, pela bossa nova, pela música popular brasileira e pela posterior resistência ao regime militar. Entretanto, no mesmo bairro popularmente sinônimo de modernidade e cosmopolitismo, ficava a Igreja e a Paróquia de Nossa Senhora da Paz, e ali, em 1962, nasceu uma associação feminina preocupada com os perigos da ‘infiltração comunista’ no Estado (e demais instituições) e com os ‘rumos do país’: a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). Comprometido em reafirmar o lar como espaço de preferência na atuação da mulher, o CAMDE teve ação ativa no período pré-64 e também de apoio político no pós-golpe imediato (Cordeiro, 2017).

Como já mencionado, sua prática política estava centrada no anticomunismo, que, num contexto de Guerra Fria, se cruzava com um conservadorismo crescente na década de 1960. De forma generalizada,

pode-se definir como matrizes para o anticomunismo no Brasil, entre outras, o catolicismo e o nacionalismo. Para as lideranças católicas, o comunismo era um inimigo irreconciliável e um desafio à sobrevivência da religião. Quanto à matriz nacionalista, em sua faceta mais conservadora, apresentava o comunismo como ‘o inimigo, o estrangeiro, o ‘outro’ que ameaçava despedaçar a unidade do corpo nacional’ (Silva, 2014, p. 109)

Essa preocupação com o avanço do comunismo se une a determinada inquietação com as propostas reformistas e aumento da participação política das camadas populares. Assim, é

interessante ressaltar que a fundação e organização do CAMDE não era um caso isolado: durante o início da década de 1960, entidades cívicas femininas surgiram por todo país, se apropriando de uma forte retórica conservadora e anticomunista (Cordeiro, 2017). Identificando-se como ‘mães, donas de casa e esposas’, tinham o objetivo de “alertar a opinião pública para a pressão que as famílias brasileiras estavam sofrendo e ao mesmo tempo revigorar princípios e ideais sempre defendidos no Brasil cristão e democrático” (Cordeiro, 2017, p. 6). O grupo do Rio de Janeiro se autodefinia como uma organização ‘apartidária’ e comprometida com a ‘defesa da democracia’, além do anticomunismo já supracitado (Cordeiro, 2017; Lohn, 2014).

O Comício da Central do Brasil, realizado em 13 de março de 1964 por partidos e organizações nacionalistas de esquerda, a fim de apoiar o então presidente João Goulart, teve como reação a convocação de mulheres para manifestações públicas pela CAMDE. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, como ficou conhecido o protesto, reuniu multidões em São Paulo e Rio de Janeiro contra a ‘comunização’ do país. A Marcha contou com forte colaboração de setores privado-empresariais, como o IPES/IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática), que financiavam e coordenavam as três principais organizações cívicas femininas da classe média no período: a já mencionada Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), a União Cívica Feminina (UCF) e a Liga de Mulheres Democráticas (LIMDE) (Codato, 2004).

Nesse contexto, em Santa Catarina, o clero metropolitano convidou os católicos para o evento. A Primeira-Dama do estado e colaboradora do CAMDE, Edith Gama Ramos, promoveu a versão local da Marcha, para “celebrar os ‘sentimentos democráticos e cristãos do povo brasileiro’, pois ‘mais uma grande vitória’ fora ‘conseguida sem o derramamento de uma gota de sangue’ e, melhor, ‘sem lágrimas’” (Lohn, 2014, p. 19). O evento foi noticiado como “a maior demonstração cívica jamais realizada em Florianópolis” (Lohn, 2014; Cordeiro, 2017; Silva, 2014).

Nesse sentido, esses movimentos de mulheres conservadores foram parte substancial da mobilização popular em favor do golpe de 1964. “A superioridade da mobilização reacionária de massas sobre a das forças progressistas resultou de um enorme esforço de organização” (Codato, 2004, p. 273). A classe que compunha esses movimentos era caracterizada por setores burgueses ou classes médias abastadas. Eram formadas por esposas,

filhas e mães de famílias burguesas e de tradicionais poderios políticos, como foi no caso de Santa Catarina com a família Ramos³ (Silva, 2014).

3. “Mulher catarinense, célula viva da nação brasileira”: o jornal *O Estado* e exaltação do regime militar

As relações entre os meios de comunicação e a ditadura, sendo elas de resistência, colaboração ou passividades carregam muitas camadas de complexidade (Veiga, 2014). O discurso jornalístico e midiático contribui para a representação de dissensos e consensos, incluindo os referentes aos detentores do poder. Ou seja, pode se tornar um “caminho de difusão, disseminação e institucionalização das práticas discursivas de exercício do poder” (Vasconcelos, 2019, p. 370). A imprensa assumiu, dentro do período ditatorial, uma posição estratégica para apoio do golpe e para construir imagens do regime (Vasconcelos, 2019).

Nesse contexto, o Ato Institucional nº 5 (AI-5), promulgado em 13 de dezembro de 1968, representou medidas que suspendiam a garantia de direitos individuais, como a cassação de políticos eleitos das competências federal, estadual e municipal, autorização ao presidente da República a intervir nos governos de estados e municípios e permitiu a suspensão de garantias individuais, como o *habeas corpus*, além da homologação da censura prévia da imprensa, música, televisão e outros meios (Napolitano, 2014).

O jornal *O Estado* circulou na capital Florianópolis durante os anos de 1915 a 2008. Era o maior veículo de comunicação impresso da cidade e, como todos os jornais brasileiros durante a ditadura militar, também passou por processos de censura e alteração de conteúdo. É interessante notar que os jornais, ao decorrer do período, implementaram uma política de autocensura estabelecida a partir das relações com os censores e das possibilidades verdadeiras de retaliação por parte do governo autoritário. Nesse ínterim, houve uma infiltração de valores e normas nas práticas jornalísticas brasileiras: os chefes de redação dos principais jornais agiam como ‘vigias’ das boas condutas esperadas dos profissionais da imprensa, atingindo o colaboracionismo com a ditadura em algumas situações (Veiga, 2014).

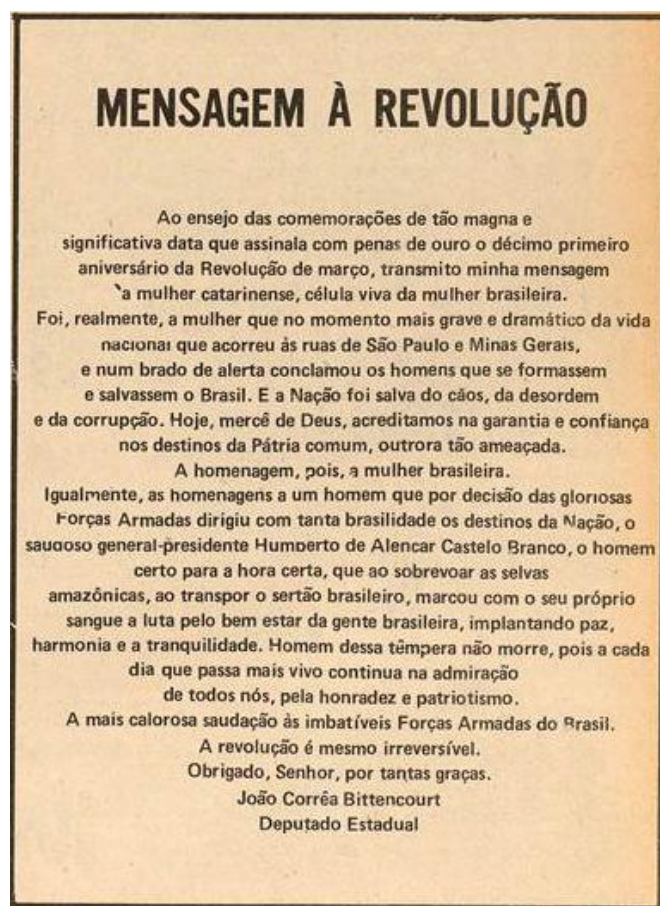
Ainda é importante lembrar que o discurso jornalístico não se apresenta apenas como emissor das informações, mas também como um dos âmbitos mais proeminentes organizadores

³ A família Ramos teve papel significativo no estado desde o período do Império, constituindo uma oligarquia política e latifundiária. Durante a Primeira República, os Ramos se consolidaram como uma das principais forças políticas que disputavam o poder em Santa Catarina, antagonizando uma rivalidade com os Konder-Bornhausen. Entre os membros da família estão Vidal Ramos, governador do Estado entre 1902 a 1906, e seu filho Nereu Ramos, que ocupou o cargo de vice-presidente da República entre 1946 a 1951 e o cargo de presidente da República durante três meses (novembro de 1955 a janeiro de 1956). No decorrer da Ditadura Militar, a família Ramos e os Konder-Bornhausen se aglutinaram em um mesmo partido, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), passando a atuar em conjunto como base da sustentação do regime no nível estadual (Spengler Filho, 2024).

do social - incluindo aquilo que deve ser lembrado ou o que deve ser esquecido (Veiga, 2014). Os periódicos são uma fonte essencial para a análise dos contextos e disputas políticas e sociais, uma vez que além de apresentá-las (e representá-las), eles acabam sendo como um “elo ou agente de combate entre as distintas correntes” (Lapuente, 2022, p.15). Esse tipo de publicação sempre atuou como uma força sociopolítica, e, dessa maneira, deve-se levar em consideração ao analisar seu tempo histórico e local onde foi produzido. Nessa conjuntura, o jornal *O Estado*, durante o período ditatorial, pertencia à família Ramos, ligada à elite política do estado (Veiga, 2014).

A página 9 da edição do jornal, nº 17976, de 2 de abril de 1975, traz uma matéria em comemoração aos onze anos do golpe militar - que o jornal considera ter acontecido em 31 de março de 1964. Denominada “Assim nasceu a Revolução”, traz excertos retirados do livro *1964: golpe ou contragolpe?*, de Hélio Silva. Além de vários outros aspectos, podem ser destacadas: a preocupação com a ‘comunização’ que rodeava ‘as massas’, a concepção dos eventos ocorridos sendo denominados de ‘Revolução’, a aparente deterioração do sistema político, e, por consequência, a urgência de uma intervenção. O que será analisado com mais detalhe é o quadro no canto esquerdo da página, que complementa a matéria (figura 1):

Imagem 1 - “Mensagem à revolução”



Fonte: *O Estado (Florianópolis)*, página 9, edição de 2 de abril de 1975. Hemeroteca Digital Brasileira/BNDigital.

É notável o papel de destaque dado às mulheres pelo deputado João Corrêa Bittencourt, à época deputado estadual pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional). A mulher catarinense é exaltada, dada como a ‘célula viva da mulher brasileira’. Seu papel na conjuntura do golpe é também ressaltado, dando a elas o crédito da mobilização social das classes conservadoras que levaram à instauração do regime militar. Assim, é prestada uma homenagem à mulher, que foi responsável por chamar os homens para formar a ‘gloriosa revolução’, que ‘salvou a Nação do caos’. Também é prestada uma homenagem ao “homem que por decisão das gloriosas Forças Armadas dirigiu com tanta brasilidade os destinos da Nação, o saudoso general-presidente Humberto Alencar Castelo Branco” pela sua “luta pelo bem estar da gente brasileira, implantando paz, harmonia e tranquilidade”. A religião também é evocada, com agradecimentos feitos ao Deus cristão, apontando que a “Revolução é mesmo irreversível”.

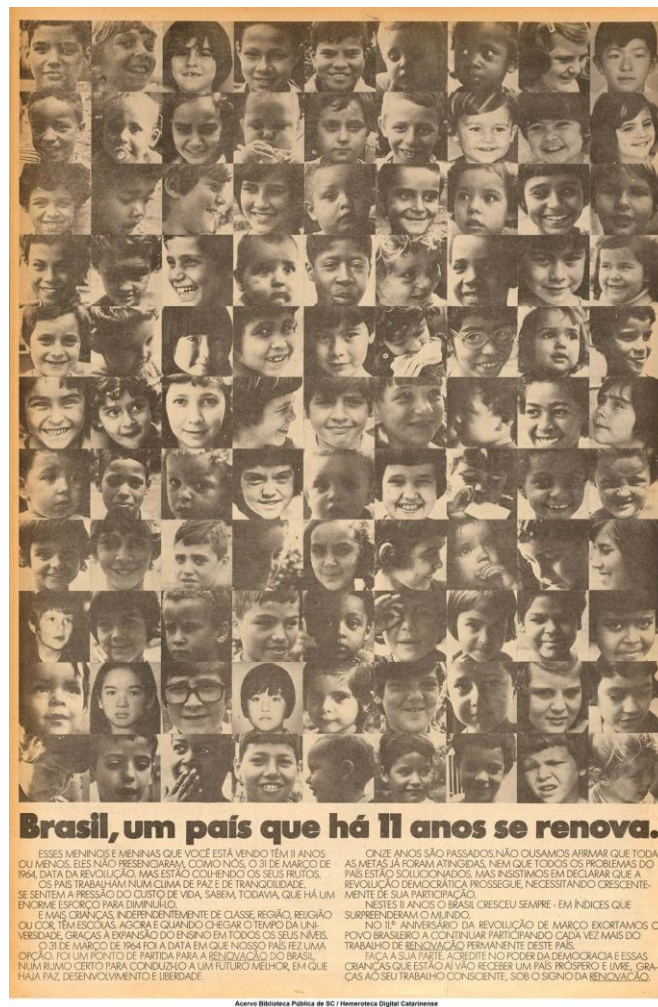
Entendendo o contexto já exposto, os movimentos conservadores que mobilizaram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade eram substancialmente compostos por mulheres. Ainda, deve-se levar em consideração que os donos do jornal eram membros da família Ramos, influente elite política e empresarial de Santa Catarina, e que a Primeira-Dama do estado,

integrante da mesma família, fazia parte de um dos coletivos femininos que se envolveu no apoio do golpe de 1964.

Chama a atenção a configuração do papel exercido pelas mulheres nessa homenagem: foram elas a levar os homens à mobilização, e não elas mesmas a mudar o destino político do país. Pode-se relacionar esse contexto com o objetivo do programa político do CAMDE: apresentar essas mulheres como mães, esposas e dona de casa. O papel de cuidado é reforçado nesse excerto, apelando de um discurso que, embora servisse muito bem à agenda política da elite conservadora da cidade, transcendia também o espaço exclusivo do catolicismo e atraía mulheres de outras religiões (Cordeiro, 2017). O medo do comunismo era real e partilhado por diversos setores da população, e essa retórica cria uma dicotomia do comunismo subversivo, destruidor da família *versus* a defesa dos bons costumes, representado pela mãe e esposa de família, que, onze anos antes, guiou os militares à tomada do poder e que, no contexto de produção desta fonte, mantiveram a paz e a tranquilidade.

Na mesma edição d'*O Estado* (1975), a exaltação do regime militar fazia suas aparições em outras páginas. Na página 2, há uma sequência de fotos de crianças que ocupa dois terços da página (Imagem 2):

Imagem 2 - “Brasil, um país que a 11 anos se renova”



Fonte: *O Estado (Florianópolis)*, página 2, edição de 2 de abril de 1975. Hemeroteca Digital Brasileira/BNDigital.

No título da chamada se lê: “Brasil, um país que há 11 anos se renova”. O texto escrito declara que essas crianças não estavam nascidas na ‘data da Revolução’, mas que estão ‘colhendo seus frutos’, já que “os pais trabalham num clima de paz e tranquilidade. Se sentem a pressão do custo de vida, sabem, todavia, que há um enorme esforço para diminuí-lo” (O Estado, 1975, p.2). Destaca que, graças ao golpe, as crianças têm escolas de qualidade e que o “31 de março de 1964 foi a data em que nosso país fez uma opção. Foi um ponto de partida para a renovação do Brasil [sic]” (O Estado, 1975, p.2). Chama os brasileiros a “acreditarem no poder da democracia e essas crianças que estão aí vão receber um país próspero e livre, graças ao seu trabalho consciente, sob o signo da renovação [sic]” (O Estado, 1975, p.2). Esse anúncio apela para o futuro da juventude, onde seus pais trabalham arduamente para consegui-la. Novamente ressalta o clima de paz e tranquilidade no país, onde todos convivem em harmonia e que esse contexto só foi possível pela renovação advinda dos onze anos de golpe militar.

4. Subversivas: mulheres, militância e resistência à ditadura militar

Do outro lado da moeda, enquanto a imprensa pintava um clima de harmonia e tranquilidade, a repressão e a tortura eram executadas de forma violenta. No mesmo período de publicação da edição mencionada d’*O Estado* (1975), o AI-5 continuava em vigor. Como mencionado anteriormente, esse ato institucional permitiu a suspensão de garantias individuais e direitos constitucionais, além da marcante presença do terror de Estado contra opositores (Fico, 2004; Napolitano, 2014).

Desde o começo do regime houve um esforço sistemático e progressivo da institucionalização de um aparato repressivo, focado na eliminação dos que eram considerados ‘subversivos’ pelo Estado. Além disso, ocorreu também a apropriação de aparatos já existentes pela chamada ‘linha dura’⁴, como o SNI (Serviço Nacional de Informações) que, criado em 1964, funcionava como um órgão de espionagem e inteligência, além de ter poder para vetar nomes cogitados para cargos públicos. É fundamental ressaltar que esse aparato repressivo já existia antes da ditadura militar, o que contesta a tese que a sua constituição (possibilitada ainda mais pelo AI-5 e pelo sistema DOI-CODI) foi uma reação à chamada ‘luta armada’ da esquerda (Fico, 2004).

Nesse sentido, o historiador Carlos Fico (2004) aponta que a tortura era amplamente conhecida. Mesmo que houvesse a existência de diversidade entre as alçadas repressivas, isso não significa que um projeto coerente e centralizado de violência de Estado era inexistente. Ou seja, “é rigorosamente impossível que a atividade sistemática de tortura pudesse ser praticada dentro de unidades militares sem o conhecimento de seus comandantes” (Fico, 2004, p. 82), justamente por conta dessa oficialização da prática.

Dentro desse contexto, é necessário salientar que a participação feminina nos movimentos de resistência ao regime militar se desenvolve num cenário muito peculiar para as mulheres brasileiras e de todo o mundo. Olivia Joffily (2004) aponta que

É precisamente na década de 1960 que o movimento feminista se articula no bojo da onda revolucionária que percorre a Europa, América Latina e EUA, com os grandes movimentos estudantis e a contestação dos costumes. Mesmo com o clima de ditadura, repressão e morte no Brasil, o movimento feminista surgiu e se desenvolveu na virada para a década de 1970 (Joffily, 2004, p. 97).

Uma característica importante da realidade do Brasil, anterior aos anos 70, é a presença desses movimentos de mulheres nas classes médias e também populares, já descritos e

⁴ O termo ‘linha dura’ se refere aos militares mais radicais, como já citado na nota de rodapé do item Introdução.

apresentados no segundo tópico e que continuaram a existir concomitantemente ao desenvolvimento do feminismo. Não se pode desconsiderar os movimentos femininos como completamente apartados do movimento feminista, mas é necessário atentar que foram movimentos organizados não para questionar e subverter a condição de opressão da mulher, mas para, a partir da própria condição de mãe, dona de casa e esposa, agir no mundo público. Assim, o feminismo brasileiro nasceu e desenvolveu-se em um paradoxo complexo:

ao mesmo tempo em que teve de administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil, foi visto pelos integrantes desta mesma luta como um sério desvio pequeno-burguês (Pinto *apud* Joffily, 2005, p. 98).

Esse contexto da resistência feminina à ditadura oferece algumas indicações das condições vividas pelas mulheres em sua militância, dentro das organizações e na sua atuação política (Joffily, 2005). A causa do movimento feminista ser visto pelos movimentos de resistências à ditadura militar como um ‘desvio pequeno-burguês’ foi principalmente pela luta maior da esquerda brasileira ser a Revolução, e as demandas das mulheres eram consideradas como secundárias, que seriam levadas em consideração ou sanadas se a revolução socialista acontecesse (Wolff, 2007).

Assim sendo, de acordo com Joffily (2005), pode-se definir as formas de resistência feminina ao regime militar em cinco grandes categorias. É evidente que há casos que fogem à essas formas ou que esses papéis se misturem e uma pessoa exerça mais de uma ‘função’: mães, esposas, irmãs e outras familiares que entraram na luta para apoiar seus familiares e ampliando esse apoio a outros militantes, empenhando-se no apoio à resistência; as militantes, que decidiram participar nas entidades e partidos; as exiladas, obrigadas a deixar o país por múltiplas razões: acompanhando seus companheiros ou familiares, perseguidas e ameaçadas de morte pelo regime militar ou outros motivos; presas e torturadas; guerrilheiras urbanas e rurais, que decidiram participar da luta armada.

Nos meses seguintes ao golpe, Florianópolis continuou agitada pela movimentação policial, que, em nome dos militares, procuravam perseguir e prender aqueles ‘dissidentes’ que se opunham ao regime ou que estivessem ligados ao presidente deposto. Chama atenção o caso de Eglê Malheiros, professora de História do Instituto Estadual de Educação, integrante do partido comunista e esposa do escritor e jornalista Salim Miguel. Eglê foi ‘internada’ no Hospital da Polícia Militar. Como esse evento aconteceu no alvorecer do regime militar, o fato de ser mãe, mulher e pessoa conhecida na cidade influenciou no fato de ela ter sido apartada dos demais prisioneiros. Sua prisão movimentou várias parcelas da sociedade: naquele

momento em que os militares se mostravam em defesa da família, da tradição e contra o comunismo, manter uma mãe encarcerada e longe de seus filhos poderia comprometer a legitimidade do regime (Wolff; Machado, 2014).

A violência era um denominador comum para todos os que se opunham ao governo militar. As esposas dos presos políticos sofriam muitos constrangimentos e violência psicológica por parte dos órgãos de repressão. Para realizar visitas, era necessário adquirir uma autorização da Polícia Federal, onde a espera era longa. Numa determinada ocasião,

encerrada a visita, as esposas, uma delas no terceiro mês de gestação, foram jogadas num camburão que as levou ao prédio do DOPS. Lá elas foram isoladas e permaneceram várias horas ouvindo ‘gritos, batidas, choros de mulheres que julgávamos ser nossas companheiras, e assim, instaurou-se o medo, pavor, desespero em todas’ (Wolff; Machado, 2014, p. 173).

Essa tortura psicológica tinha como objetivo impossibilitar que as mulheres perpetuassem auxílio aos seus companheiros presos e denunciassem as violências infligidas pelos militares a elas mesmas, seus maridos e filhos. “Mas elas não cederam e continuaram a denunciar as prisões arbitrárias e a exigir a liberdade dos presos políticos, apesar das ameaças e dos constrangimentos infligidos pelos órgãos de repressão” (Wolff; Machado, 2014, p.173). Fora as violências psicológicas, as presas políticas também enfrentavam a realidade do abuso sexual por parte dos militares durante as cruéis sessões de tortura, além do uso de ameaças de atingir seus familiares - principalmente filhos (Joffily, 2005).

Também houve aquelas que participaram do movimento estudantil, “local privilegiado para a participação feminina. Em 1975, em nível nacional, as mulheres representavam 40% do conjunto de estudantes universitários” (Wolff; Machado, 2014, p. 76). Muitas vezes o acesso das mulheres na militância de esquerda se dava por meio dessas organizações. Cursos como História, Filosofia, Letras, Psicologia e Ciências Sociais eram aceitos como possíveis para mulheres, e, pelo teor político de sua discussão disciplinar, eram potencialmente focos de recrutamento para o movimento estudantil. A forte presença das mulheres na luta armada e em outros grupos de esquerda, além do fortalecimento da segunda onda do feminismo a partir de 1975 fez com que a militância nos grupos de esquerda fosse pensada e ressignificada pelas mesmas militantes envolvidas, posteriormente ou simultaneamente, com o movimento feminista (Bristot, 2014).

A segunda metade da década de 1970 testemunhou um processo de abertura política, encabeçada e amplamente divulgada pelo governo militar como ‘ampla, segura e gradual’. Diversos fatores contribuíram para o encadeamento desse processo, tanto externamente como internamente. Na política externa, o Milagre Brasileiro não possuía mais condições de

sustentação, devido à profunda crise econômica que atingia o país. O processo de abertura foi um espaço de constante disputa entre os militares, no controle do governo, e a oposição da sociedade civil, que lutou por estar à frente do desenvolvimento da abertura política. (Bristot, 2012).

Foi nesse contexto que se deu no estado um acontecimento que não pode passar despercebido, devido ao seu grau de importância para a resistência à ditadura militar em Santa Catarina. Em 30 de novembro de 1979, durante a visita do presidente João Figueiredo, os estudantes organizaram uma manifestação de protesto nas circunstâncias da vinda do militar para a capital Florianópolis (Fáveri, 2014). A Novembrada, como ficou conhecida, contou com alta participação de mulheres: elas compunham a maior parte da diretoria do DCE (Diretório Central dos Estudantes). Três dos sete estudantes presos eram mulheres: Lígia Giovanella, vice-presidente do DCE, Marize Lippel, membro do DCE e Rosângela Koerich, estudante de Direito e membro do Diretório Acadêmico do Centro Socioeconômico. Ao mesmo tempo que enfrentavam o medo e a repressão, muitas vezes elas tinham que enfrentar o machismo dos seus companheiros de luta, que delegavam a elas tarefas ‘mais fáceis’ ou que eram consideradas ‘mais femininas’ (Bristot, 2012; Wolff; Machado, 2014). Embora elas estivessem presentes no movimento estudantil desde que conquistaram o direito ao ensino superior, a vivência nesse movimento sempre deteve adversidades específicas. A política sempre foi entendida como algo público e masculino, e como o privado era designado como um espaço feminino, sua participação em locais de militância política foi dificultada, de formas explícitas ou veladas (Bristot, 2014).

É evidente que o movimento estudantil teve papel fundamental nessa manifestação. Atuando desde a década de 1950 no Brasil, procurou resistir durante todo o período da ditadura militar no país. Em uma situação em que a redemocratização abre espaço de exercício político para novos atores, os movimentos sociais e os grupos políticos manifestaram-se de diversas maneiras (Bristot, 2012). Assim,

É nesse momento que muitas mulheres entram nesse jogo político, possibilitadas pelas mudanças culturais ocorridas na última década e pela emergência do feminismo no Brasil. [...] A participação das estudantes na Novembrada é um exemplo disso, pois foi uma manifestação organizada por estudantes em um contexto nacional de fortalecimento do movimento estudantil [...] e com as possibilidades de atuação política dentro do mundo universitário através das eleições diretas para o DCE da UFSC (Bristot, 2012, p. 58).

Deste modo, o momento histórico e político onde essas mulheres estavam inseridas possibilitou a entrada no mundo público por meio do movimento estudantil. Em um período de

redemocratização, novos sujeitos passam a frequentar e atuar em espaços políticos e movimentos sociais emergem em múltiplas linhas (Bristot, 2012; Bristot, 2014).

5. Considerações finais

À esquerda ou à direita, é evidente a participação feminina durante a ditadura civil-militar, no Brasil como um todo e também em Santa Catarina. É interessante o uso do papel da mulher durante os meses anteriores ao golpe: elas salvaguardam a civilização e a democracia brasileira contra o ‘perigo do comunismo’. Seu ativismo político as autodenominava como mães e esposas, e seu papel nele tinha essa serventia: a do cuidado não só com as pessoas, mas para com a nação brasileira e essa concepção é reforçada pela exaltação dada a elas pela mídia e pela política local.

Para aquelas que participavam de qualquer tipo de ação contra o regime militar, a violência perpassava os atos de repressão, seja ela física ou psicológica. Mesmo assim, elas manifestavam sua oposição: mães que exigiam saber onde seus filhos desaparecidos estavam; estudantes em Florianópolis, que, naquela manhã de 30 de novembro, protestavam na presença do presidente; esposas que, mesmo sob ameaça e intimidação, não desistiram de reivindicar os direitos dos familiares presos. No contexto da luta pelo fim da ditadura, essas mulheres tiveram papel fundamental para os tabuleiros do poder do cotidiano da ditadura militar.

Fonte:

O ESTADO DE FLORIANÓPOLIS. Florianópolis, 02 abr. 1975, edição n. 17976. Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em 19 de setembro de 2025.

Referências:

BRISTOT, Lidia Schneider. Um outro olhar sobre a Novembrada. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 1-11, 2012.

CORDEIRO, Janaina Martins. Direitas e organização do consenso sob a ditadura no Brasil: o caso da campanha da mulher pela democracia (CAMDE). **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, [S.L.], v. 4, n. 1, out. 2017.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004.

FÁVERI, Marlene de. Novembrada: as mulheres, o cárcere e as solidariedades. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, v. 24, n. 4, 2014, p. 61-86, 2014.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

JOFFILY, Olivia Rangel. **Esperança Equilibrada - Resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)**. 2005. 170f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - PUC-SP, São Paulo, 2005.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. **Revista de História Bilros: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)**, [S. L.], v. 4, n. 06, 2022.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Relações políticas e ditadura: do consórcio autoritário à transição autoritária. In: BRANCHER, Ana Lice; LOHN, Reinaldo Lindolfo (orgs.). **Histórias na ditadura: Santa Catarina (1964 -1985)**. Florianópolis: EdUFSC, 2014, p. 17-60.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. O tempo da notícia: cidade, ditadura e redemocratização nas páginas de O Estado (Florianópolis, SC, 1964-1985). **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 19, n. 36, p. 121-147, dez. 2012.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

SILVA, Michel Goulart da. O golpe de 1964 e a atuação política da Campanha da Mulher pela Democracia em Santa Catarina. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá (PR), v. 14, n. 159, p. 107-113, ago. 2014.

SPENGLER FILHO, Antônio Xavier. **“Estão indo às urnas para vingar Getúlio”: A divisão da oligarquia Ramos e a campanha eleitoral de 1954 a partir dos jornais**. 2024. 82 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. O discurso da democracia: imprensa e hegemonia da ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1968). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 28, p. 365 - 401, set./dez. 2019.

VEIGA, Ana Maria da. Imprensa e censura na memória de jornalistas. In: BRANCHER, Ana Lice; LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Histórias na ditadura: Santa Catarina (1964 -1985)**. Florianópolis: EdUFSC, 2014, p. 325-358.

WOLFF, Cristina Scheibe; MACHADO, Vanderlei. Gênero e militância de esquerda. In: BRANCHER, Ana Lice; LOHN, Reinaldo Lindolfo (orgs.). **Histórias na ditadura: Santa Catarina (1964 -1985)**. Florianópolis: EdUFSC, 2014, p. 159-180.

WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 19-38, 2007.